

“Nem tudo que reluz é ouro”: língua escrita e mudança lingüística

Marco Antônio de Oliveira*

Resumo

Os textos escritos têm sido utilizados, nas pesquisas sobre mudança lingüística, como uma fonte primordial de dados. Uma vez que a língua falada e a língua escrita deixam, muitas vezes, de apresentar correspondências estruturais perfeitas, vale perguntar se podemos, ou não, utilizar todo e qualquer dado de textos escritos para (a) substanciar afirmações sobre estágios anteriores de uma língua, ou (b) fazer afirmações sobre as mudanças ocorridas desde este estágio anterior até os dias atuais. Neste artigo respondo negativamente às duas questões. Além disso, procuro oferecer critérios para se separar os dados escritos a serem utilizados daqueles que não devem ser utilizados. Os dados para a minha argumentação envolvem a ordem de constituintes encontrada em textos do português arcaico.

Palavras-chave: Lingüística histórica; Mudança lingüística; Ordem de constituintes; Língua escrita; Sociolingüística.

Tem sido uma prática comum, nos estudos variacionistas, a utilização simultânea de dados da língua escrita e da língua falada no tratamento dos casos de mudança lingüística. Esta prática, embora indispensável, exige, contudo, alguns cuidados, o que nem sempre se verifica. Penso que isto decorre da relação que vislumbramos entre a língua falada e a língua escrita. Essa relação pode ser, em linhas gerais, concebida em três perspectivas diferentes:

- A- A língua falada e a língua escrita são sistemas separados, independentes;
- B- A língua falada e a língua escrita são manifestações de um mesmo sistema;
- C- A língua falada e a língua escrita são sistemas parcialmente diferentes e parcialmente semelhantes.

Na vasta literatura sobre língua falada e língua escrita, podemos encontrar trabalhos que defendem qualquer uma dessas três perspectivas. Entre os defensores da perspectiva A encontramos, e.g., Perini (1997, p. 31-38) e Ong (1998, p.

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

97-133). Ong trata a escrita como uma espécie de 'tecnologia'. A perspectiva B encontra respaldo nos trabalhos de Marcuschi (2000) e Rodrigues (1999), enquanto a perspectiva C pode ser vista em Ochs (1979), Tannen (1982) (que, na verdade, assume uma posição bastante semelhante à de Marcuschi (2000) e prevê que as diferenças estruturais entre fala e escrita sejam controladas pelo gênero textual) e Bernstein (1971), que estabelece uma divisão rígida entre código elaborado e código restrito, atrelando as características estruturais do primeiro às características estruturais da escrita.

Independentemente da perspectiva que adotemos, há um problema que precisa ser enfrentado: quando investigamos uma mudança lingüística, podemos usar, como evidência para nossa argumentação, qualquer dado da língua escrita? Caso a nossa resposta seja negativa para essa pergunta, como separar os dados que podem ser utilizados daqueles que não devem ser utilizados na investigação? Nesse texto, pretendo enfrentar essa questão e avançar uma resposta, ainda que preliminar.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Do ponto de vista variacionista, não faz muito sentido a dicotomia sincronia/diacronia. Conforme se diz, a sociolingüística é a lingüística histórica feita com outro tipo de dado. O sociolingüista trabalha tendo sempre em mente que a variação e a mudança são inerentes a qualquer sistema lingüístico. Assim sendo, sua abordagem dos fenômenos da estrutura lingüística incidirá sobre um objeto que está em constante movimento. É claro que um sociolingüista não dispõe do mesmo volume de dados para todos os períodos da história da língua. Na investigação sincrônica ele se vale de vários recursos, como os textos, as eliciações controladas de dados, a utilização da intuição, as observações casuais, e, principalmente, as observações sistemáticas sobre a língua, aí incluídas as observações sobre o tempo aparente, para produzir seus enunciados qualitativos sobre a estrutura lingüística. Mas, quando o sociolingüista mergulha no passado mais distante da língua, considerando o tempo real, muitas de suas fontes de dados não estarão mais disponíveis. É aí que o texto escrito, quando disponível, se torna uma fonte crucial de informações. E nessas situações o sociolingüista procura garantir suas afirmações qualitativas com base em alguns parâmetros, tais como:

- 1- Suas afirmações qualitativas, fundamentadas por análises quantitativas, devem ter um sólido respaldo teórico;
- 2- Os resultados obtidos em estudos sobre o estado presente da língua podem ser utilizados para explicar os fatos encontrados no passado da língua (Princípio Uniformitário).

Retomemos, agora, a questão da utilização de textos escritos na argumentação sobre a mudança lingüística. A importância do texto escrito nas pesquisas de caráter diacrônico é inegável. Labov (1972) nos diz que um dos meios de se examinar a mudança lingüística consiste, exatamente, em se investigar os textos de períodos anteriores da língua. Assim sendo, talvez o texto escrito só perca em importância, em termos de documentação, para os relatos dos gramáticos de épocas passadas, que, muitas vezes, não só registravam alguns aspectos lingüísticos que ocorriam numa dada época, como também legislavam sobre esses aspectos, com enunciados ao mesmo tempo descritivos e normativos. Não se pode negar, portanto, que o texto escrito seja uma fonte valiosa de informações e a literatura sobre a diacronia de várias línguas está cheia de exemplos do bom uso que se pode fazer dos textos para se chegar a conclusões sobre as características de estágios anteriores destas línguas (cf. NUNBERG, 1980; LABOV; YEAGER; STEINER, 1972 e WYLD, 1936).

Por outro lado, sabe-se, também, que nem tudo que esteja contido em um texto vai corresponder a um traço concreto da fala. Tarallo, falando sobre a natureza da documentação relativa às fontes históricas, alerta para o seguinte: "Esses documentos, no entanto, nem sempre são facilmente encontráveis. Além disso, por mais natural que seja a linguagem deles, sempre haverá o risco do viés da língua escrita" (TARALLO, 1985, p. 71). A expressão 'viés da língua escrita' é sintomática. Ela significa, simplesmente, que não se pode atribuir um correspondente na língua falada a tudo aquilo que se encontra na língua escrita. Então, como separar os casos? Talvez uma boa teoria lingüística possa facilitar as coisas. Uma teoria é, basicamente, uma maneira de se conceber um objeto, e não apenas uma maneira de abordá-lo. Ou seja, embora um texto possa ser caracterizado, de modo bastante geral, como uma representação, ainda que imperfeita, da língua falada, é inegável que um texto escrito tem características próprias que dificilmente poderão ser correlacionadas a fatos da fala. E isso pode ser percebido em qualquer nível descritivo: na correspondência entre sons e letras, na grafia de algumas palavras, no vocabulário, na extensão dos parágrafos (falados e escritos), etc. Disto tudo podemos derivar uma afirmação básica (e óbvia): nem tudo aquilo que se escreve se fala. Em resumo, a presença de uma determinada característica no texto escrito não nos autoriza, sem maiores cuidados, a admitir a sua existência na fala. Os textos cartoriais (certidões e contratos, e.g.) são um bom exemplo disso. Esses textos apresentam muitas fórmulas pré-fixadas que não correspondem trivialmente a nenhum tipo de fala. O exemplo do texto cartorial é um exemplo extremo, é verdade, cuja função é apenas a de comprovar a validade geral do princípio de que nem tudo aquilo que se escreve se fala. Mas é claro, também, que este princípio implica num outro princípio, que podemos enunciar assim: algu-

mas coisas que são escritas são também faladas. Portanto a questão toda se resume na seguinte pergunta: que traços da fala podem ser reconhecidos num texto escrito? Qual é a medida que devemos utilizar para apontar esses casos e não outros?

Quando nos voltamos para a pesquisa diacrônica, percebemos que a tarefa de selecionar os dados relevantes para a investigação da mudança lingüística se torna ainda mais árdua, uma vez que não podemos contar com o testemunho dos falantes. Salvo em casos como o de algumas peças de Gil Vicente (cf. TEYSSIER, 1959), que tentava retratar a maneira como alguns personagens falavam (o mouro, o negro, o judeu, as comadres, o ratinho, etc), de um modo geral, não podemos ter certeza sobre o modo como as pessoas falavam numa época anterior à nossa. Este problema não se coloca na pesquisa sincrônica pois aí podemos ter a quantidade de dados que quisermos sobre a fala das pessoas. Sendo assim, como proceder na utilização de textos escritos em épocas passadas para fazermos afirmações sobre a mudança lingüística?

Na seção seguinte pretendo discutir este problema com base num caso de mudança sintática, envolvendo a ordem dos constituintes Sujeito (S), Verbo (V) e Objeto (O), tomando como fonte de dados cinco textos dos séculos XII e XIV. Além disso pretendo oferecer dois critérios, um quantitativo e outro qualitativo, para a filtragem dos dados a serem considerados na investigação da mudança sintática.

O PROBLEMA

Selecionei para exame apenas as estruturas sintáticas compostas de um verbo transitivo com seu sujeito e seu complemento explícitos. Os textos que serviram de fonte para a coleta dos dados foram os seguintes: Foral da Guarda, Testamento de Afonso II, A Dama Pé-de-Cabra, A Lenda do Rei Lear e D. Afonso Henriques, conforme versões encontradas em Nunes (1970).

Considerando-se o verbo transitivo direto e seus argumentos encontramos, nestes textos, as seguintes ordens:

a) S-V-O: Afonso Emriquez furtou dous castelos a ssa madre...

S V O

b) S-O-V: ca meu padre elrrey dom Affonso ma leixou.

S O V

c) V-S-O: ...asseetaua ell apar de ssy o filho...

V S O

d) V-O-S: ...das quais ten una o arcebispo de Bragáá...

V O S

e) O-V-S: ...ca melhor poder teedes vós ca ele.

O V S

f) O-S-V: ...porque me vós queredes sacar da terra de meu padre.

O S V

Estas seis ordens são relatadas por vários autores que escreveram sobre períodos mais antigos do português, como Huber (1986, p. 283-285), Mariz de Pádua (1960) e, mais recentemente, Mattos e Silva (1989, p. 781-859). Outros autores também escreveram sobre a ordem dos constituintes em português, como Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 250-255) e Silva Dias (1918, p. 324-345). Além desses devemos mencionar o trabalho de Greenberg (1963), que examinou a questão da ordem dos constituintes na perspectiva dos universais da linguagem. Quero destacar o trabalho de Mattos e Silva (1989), que, pelo cuidado em apresentar a quantificação dos fatos examinados, como suporte para suas afirmações, me permitiu uma checagem independente para meus próprios resultados.

Conforme afirmei no final da seção anterior, meu objetivo é o de fornecer algum tipo de critério para a filtragem de dados escritos no exame da mudança lingüística. No caso em questão, o de uma mudança sintática, proponho que duas das seis ordens apresentadas, encontradas em textos escritos do português arcaico, não fizeram parte da língua falada. Estas duas ordens são:

d) V-O-S e f) O-S-V.

Minha tarefa, agora, consiste em justificar a minha proposta.

JUSTIFICANDO A PROPOSTA

Greenberg (1963), discorrendo sobre a tipologia básica de ordem de constituintes, e focalizando as ordens possíveis entre o sujeito, o verbo e seu complemento, escreve:

Logically, there are six possible orders: SVO, SOV, VSO, VOS, OSV, and OVS. Of these six, however, only three normally occur as dominant orders. The three which do not occur at all, or at least are excessively rare, are VOS, OSV, and OVS. These all have in common that the object precedes the subject. This gives us our first universal:

Universal I: In declarative sentences with nominal subjects and object, the dominant order is almost always one in which the subject precedes the object. (GREENBERG, 1963, p. 76)

Das trinta línguas arroladas por Greenberg, e classificadas em termos da ordem dos constituintes, nenhuma delas é do tipo VOS, OSV ou OVS. Das três ordens ocorrentes, SVO é, segundo Greenberg, mais freqüente que SOV, que, por sua vez, é mais freqüente que VSO. E mais: línguas do tipo VSO têm como

alternativa a ordem SVO, o que não ocorre com línguas do tipo SOV. Portanto, em termos greenberguianos, temos as seguintes generalizações para as sentenças declarativas:

- 1- O objeto não deve preceder o sujeito;
- 2- O sujeito deve, preferencialmente, preceder o verbo.

Note-se que as duas ordens que estou tentando exorcizar do português arcaico, em termos de língua falada, se enquadram dentro das ordens que Greenberg bloqueia. Vou omitir, por enquanto, qualquer comentário sobre a ordem OVS, também bloqueada por Greenberg. Basta dizer, por agora, que Decat (1989) considera esta ordem intolerável no português moderno, com o que tendo a concordar em parte.

Meu primeiro argumento para sustentar minha proposta é de natureza quantitativa e se refere à frequência absoluta das ordens VOS e OSV nos textos examinados. Segundo Mariz de Pádua (1960) as ordens mais freqüentes no português arcaico eram SVO e SOV. Por outro lado, duas outras construções são raríssimas, OSV e VOS, enquanto que outras duas são bastante freqüentes em certos contextos, VSO e OVS. No trabalho de Mariz de Pádua encontramos valiosos enunciados qualitativos sobre essas seis ordens mas, infelizmente, não dispomos de nenhuma quantificação sobre as mesmas. Contudo, podemos contar com quantificações no trabalho de Mattos e Silva (1989). Mattos e Silva nos apresenta uma contagem minuciosa das seis ordens encontradas nos textos examinados, contagem essa que situa cada uma das ordens nos vários tipos de orações (principais e subordinadas) e que discriminam S e O conforme eles sejam nomes, pronomes, relativos, etc.

Considerando-se apenas as estruturas em que as seis ordens podem ocorrer, ou seja, orações principais (afirmativas e negativas) e orações subordinadas (completivas e circunstanciais), encontramos em Mattos e Silva (1989) 267 casos. Destes, 13 são do tipo VOS e 9 são do tipo OSV, com freqüências de 4.8% e 3.4%, respectivamente, as menores entre todas as seis ordens. A ordem mais freqüente é SVO, com 162 casos e um percentual de 60.6%.

Com relação a meus próprios dados, considere apenas aqueles casos que me permitissem uma comparação inequívoca com os dados de Mattos e Silva. Tabulei, então, 83 dados, dos quais 2 são do tipo VOS e 2 do tipo OSV, ambos com um percentual de 2.4%, os mais baixos de todos. Juntando-se os dois conjuntos de dados temos um total de 350 casos, dos quais 15 são do tipo VOS (4.2%) e 11 do tipo OSV (3.1%). A ordem mais freqüente continua sendo SVO, com 207 casos (59.1%), sendo que as outras três ordens possíveis apresentam totais e freqüências muito semelhantes:

VSO	41/350	11.7%
OVS	38/350	10.8%
SOV	38/350	10.8%

Portanto, parece claro que, do ponto de vista das freqüências absolutas, as ordens VOS e OSV destoam muito das outras quatro.

Alguém poderia argumentar – e com razão – que a freqüência absoluta não revela muita coisa, uma vez que é sempre possível que uma determinada ordem esteja condicionada a uma característica estrutural X. Se esta característica estrutural X é, ela mesma, de baixa freqüência, então, automaticamente, a ordem a ela vinculada terá também uma freqüência baixa. Para tentar responder a esta possível crítica vamos examinar separadamente alguns dos contextos em que estas ordens podem ocorrer.

Contexto A: Orações principais afirmativas

Total de casos: 145

Total de OSV: 0

Total de VOS: 7 (4.8%, a menor freqüência de todas)

Contexto B: Orações principais negativas

Total de casos: 35

Total de OSV: 0

Total de VOS: 4 (11.4%)

Neste mesmo contexto temos 4 ocorrências de OVS e 5 ocorrências de VSO. Mas a ordem mais freqüente aqui é SVO, com 20 ocorrências.

Contexto C: Orações subordinadas completivas

Total de casos: 85

Total de OSV: 3 (3.5%)

Total de VOS: 3 (3.5%)

Nos dois casos os percentuais são os menores de todos.

Contexto D: Orações subordinadas circunstanciais

Total de casos: 85

Total de OSV: 8 (9.4%)

Total de VOS: 1 (1.2%)

Esses casos são interessantes. Os 8 casos de OSV são de dois tipos diferentes: (a) em 6 deles temos um complemento pronominal átono, um clítico, que precede o S e o V; (b) e em 2 deles temos o complemento pronominal esto. Alguns exemplos são

- Depois que os Deus apartou...

O S V

- ... porque me vós queredes sacar da terra de meu padre...

O S V

- Quando todo esto nós veemos no homem...

O S V

Os 6 casos do tipo (a) são claramente impossíveis na língua falada: como o objeto é um clítico, e como um clítico não tem independência fonológica e sintática, ele não poderia ficar separado do verbo. Portanto, esses 6 casos não poderiam refletir nenhum fato da língua falada.

Meu segundo argumento para sustentar a minha proposta tem a ver com a distribuição das ocorrências de casos de VOS e OSV ligadas a, ou excluídas de, textos específicos, ao contrário das outras ordens, que ocorrem em todos os textos examinados. Não disponho da fonte textual para os exemplos arrolados por Mattos e Silva mas, para os textos que examinei, a situação é a seguinte:

- “Lenda do Rei Lear”: VOS: nenhum caso
 OSV: nenhum caso
- “Dama Pé-de-Cabra”: VOS: nenhum caso
 OSV: nenhum caso
- “Testamento de Afonso II”: VOS: 1 caso
 OSV: nenhum caso
- “Foral da Guarda”: VOS: 1 caso
 OSV: nenhum caso
- “D. Afonso Henriques”: VOS: nenhum caso
 OSV: 2 casos

Esta situação é, no mínimo, curiosa: ela parece sugerir que a utilização das ordens VOS e OSV depende do autor do texto escrito, e não do falante da língua, podendo ser consideradas, portanto, como sendo um recurso da escrita. Conforme escreve Oliveira (1989), numa observação sobre as diferenças entre língua falada e língua escrita na utilização de ordens “não-SVO”: “Nota-se que os 44% das cláusulas não-SVO na escrita representam quase a metade dos usos nessa modalidade. Pressupõe-se, aqui, o rebuscamento, a engenhosidade e o esmero das relações sintáticas bem menos frequentes na fala” (p. 61).

É claro que os casos que estou examinando aqui são muito mais extremos, mas permanece o indício de que as ordens VOS e OSV são próprias do texto escrito e, mesmo assim, de alguns textos escritos.

Meu terceiro argumento para sustentar minha proposta se baseia no seguinte fato: a ordem VOS não foi preservada em nenhuma variedade do português moderno, enquanto que a ordem OSV só é encontrada, fora das orações relativas, em situações marcadas, como nas topicalizações do tipo “Pizza, eu como!”. Num artigo bastante interessante, Braga (1989) discute as construções onde o objeto direto ocorre à esquerda do verbo, como na ordem OSV, e mostra que estes objetos tendem a apresentar ou o traço [+ genérico] ou o traço [+ identificá-

vel]. Braga apresenta também características funcionais destas construções como, e.g., sua utilização para a expressão de contrastes. Com relação a esses pontos é preciso notar que:

1- A topicalização não se limita a SNs. Podemos ter, em português, casos como

• Falar, ele falou!

• Poder, pode!

ou seja, não está claro que a ordem OSV no português moderno não seja consequência de um processo discursivo mais geral.

2- Os casos encontrados nos textos do português arcaico, como já se viu, não se enquadram, no que se refere ao complemento, nas características apresentadas por Braga para o português moderno. Por exemplo, eles não têm nada de genérico. Muito pelo contrário.

3- Certamente os clíticos não são candidatos a topicalização no português moderno, como em casos do tipo "Pizza, eu como!". Não podemos ter, em português, casos como

*- O, eu vi.

*- Me, ele chamou

Mas são justamente eles que constituem a maioria dos casos apresentados nos dados do português arcaico! Ou seja, os casos do português arcaico e os casos do português moderno não são o mesmo caso e, portanto, não são comparáveis.

Convém lembrar aqui que deixei de fora as orações relativas. Isto se deu por dois motivos. Em primeiro lugar, a anatomia das relativas é tal que exclui V da primeira posição e, em segundo lugar, se o que relativo é um complemento, ele deve, obrigatoriamente, ocupar a primeira posição. Pela primeira razão, se exclui a possibilidade de se investigar a ordem VOS, que simplesmente não ocorre nas relativas; pela segunda razão, OSV não só ocorre como é muito mais freqüente que OVS e, neste caso, a questão vai envolver não a presença de O na primeira posição, mas a inversão/não-inversão entre S e V, o que já é outro assunto.

CONCLUSÃO

Para concluir, vamos tentar responder nossa pergunta inicial: como retirar dos textos escritos, importantes para a investigação sobre mudança lingüística, apenas os dados que possam refletir os fatos reais da língua falada? Minha proposta é a de que só sejam utilizados como evidência de processos de variação/mudança aqueles dados que

A- se mostrarem quantitativamente significativos, e

B- decorrerem de uma teoria lingüística (da língua falada) que tenha alcançado um nível explicativo (e não apenas os níveis observacional e descritivo).

Na verdade, A deve decorrer de B. Isto corresponde a dizer que os dados escritos são necessariamente de dois tipos: (a) aqueles cuja descrição estrutural decorre de parâmetros estabelecidos por uma teoria lingüística da língua falada, e (b) aqueles cuja descrição estrutural decorre da superposição de fatores conjunturais à sua natureza estrutural. Uma vez que o texto escrito dispõe de muito menos recursos que qualquer situação de fala pode oferecer, sobra muito pouco para que as marcas conjunturais sejam veiculadas. A torção da ordem prevista para os constituintes, para dar um exemplo, seria um recurso deste tipo. Isto quer dizer que não podemos afirmar, sem maiores cuidados, que o português arcaico tinha seis ordens envolvendo os constituintes S, V e O. O que tinha seis ordens possíveis eram os textos escritos produzidos no período do português arcaico, mas não o português falado neste período.

Abstract

Written texts have been used as a main source of data for research on linguistic change. Since spoken language and written language do not always show a perfect structural match, it is worth asking whether any written datum, no matter which, can be used as support for statements (a) about earlier stages of a given language, or (b) about linguistic change processes leading from an earlier stage to the actual stage of a given language. In this paper I answer no to both questions. Besides this I try to advance two criteria for picking up the relevant written data, while leaving aside the irrelevant ones, when it comes to argumentation on linguistic change. The case I examine here involves the order of constituents in Old Portuguese.

Key words: Historical linguistics; Linguistic change; Order of constituents; Written language; Sociolinguistics.

Referências

- BERNSTEIN, Basil. *Class, codes and control*. London: Routledge & Kegan Paul Ltd., 1971.
- BRAGA, Maria Luiza. Discurso e abordagens quantitativas. IN: TARALLO, Fernando (Org.). *Fotografias sociolingüísticas*. 1. ed. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1989. p. 269-282.
- DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Construções de tópico em português: uma abordagem diacrônica à luz do encaixamento no sistema pronominal. IN: TARALLO, Fernando (Org.). *Fotografias sociolingüísticas*. 1. ed. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1989. p. 113-139
- GREENBERG, Joseph H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. IN: GREENBERG, Joseph, H. (Org.). *Universals of language*. 2. ed. Cambridge: The M.I.T. Press, 1963. p. 73-113.

- HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. 1. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. 1. ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LABOV, William; YEAGER, Malcah; STEINER, Richard. *A quantitative study of sound change in progress*. Philadelphia: US Regional Survey, 1972.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2000.
- MARIZ DE PÁDUA, Maria da Piedade Canaes. *A ordem das palavras no português arcaico (frases de verbo transitivo)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Românicos, 1960.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas; elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.
- MATTOSO CÂMARA Jr., Joaquim. *História e estrutura da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- NUNBERG, Geoffrey. A falsely reported merger in eighteenth-century English: a study in diachronic variation. In: LABOV, William (Org.), *Locating language in time and space*. 1. ed. New York: New York Academic Press, 1980. p. 221-250.
- NUNES, José Joaquim. *Crestomatia arcaica*. 7. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1970.
- OCHS, Elinor. Planned and unplanned discourse. In: GIVÓN, Talmy (Ed.), *Syntax and semantics; discourse and syntax*. New York: New York Academic Press, 1979. p. 51-80.
- OLIVEIRA, Dercir Pedro. O preenchimento, a supressão e a ordem do sujeito e do objeto em sentenças do português do Brasil: um estudo quantitativo. In: TARALLO, Fernando (Org.). *Fotografias sociolingüísticas*. 1. ed. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1989. p. 51-63.
- ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita*. Campinas: Papyrus Editora, 1998.
- PERINI, Mário Alberto. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- RODRIGUES, Ângela Cecília Souza. Língua falada e língua escrita. In: PRETI, Dino (Org.) *Análise de textos orais*. 4. ed. São Paulo: Humanitas/Publicações FFLCH-USP, 1999. p. 13-32.
- SILVA DIAS, Augusto Epiphânio. *Syntaxe histórica portuguesa*. 1. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918.
- TANNEN, Debora. Oral and literate strategies in spoken and written narratives. *Language*, v. 58, n. 1, p. 1-21, 1982.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 1985.
- TEYSSIER, Paul. *La langue de Gil Vicente*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1959.
- WYLD, Henry Cecil. *A history of modern colloquial English*. London: Basil Blackwell, 1936.

